

FENASPS, CFESS e COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS DA FENASPS REALIZAM REUNIÃO CONJUNTA.



Presentes:

FENASPS: Carlos Roberto dos Santos (DF) – Diretoria da FENASPS; Cleuza Faustino (MG) – Diretoria da FENASPS; Deise Lúcia do Nascimento (SP) - Diretoria da FENASPS; Ailton Marques de Vasconcelos (SP); Jorge Ricardo Moreira (RS) – Comissão Nacional de Assistentes Sociais da Fenasps.

CFESS: Conselheiras do Conselho Federal de Serviço Social e Assessoria Jurídica

A reunião foi realizada em **23/11/2017** durante a reunião do pleno do CFESS, decorrente do encaminhamento da última reunião realizada em 03/11 ([VEJA AQUI](#)) cuja pauta foi à discussão da construção de ações entre as entidades em defesa da política de Previdência Social pública e de qualidade, com destaque para as tentativas em curso de extinção o Serviço Social do INSS.

DESENVOLVIMENTO DA PAUTA/ENCAMINHAMENTOS

Iniciou-se a discussão com a memória da última reunião realizada, que pautou o processo de articulação conjunta entre CFESS, FENASPS e a Comissão Nacional de Assistentes Sociais da FENASPS.

Em seguida foram destacadas todas as ações em curso em defesa do serviço previdenciário - Serviço Social, realizadas até o presente que afetam o serviço bem como os profissionais, tais como: Memorando-Circular n. 25 DGP/INSS; Memorando Circular n. 13; Recomposição da equipe técnica da DSS; Regimento Interno do INSS; Manual Técnico do Serviço Social; Sistema de Registros das atividades do Serviço Social. Pontos esses que vem trazendo severos prejuízos a esse serviço previdenciário e tratados na última reunião com o presidente do INSS ([VEJA AQUI](#)).

Em continuidade debateu-se que esses problemas relacionados ao Serviço Social estão inseridos em um contexto maior de políticas de austeridade fiscal, de retiradas de direitos e na proposta da Reforma da Previdência. Reforma essa que altera as regras de acesso aos benefícios previdenciários com destaque para as aposentadorias com elevação do tempo de contribuição, bem como idade. Reforma essa justificada com a falácia de que a Previdência Social é deficitária, posicionamento oficial já derrubado pelo Relatório da CPI da Previdência no Senado Federal ([VEJA AQUI](#)). Por esse motivo é necessário ampla mobilização da população para barrar essa reforma e, para tanto, as centrais sindicais e movimentos organizados convocaram Greve Nacional para 05 de dezembro contra reforma da Previdência e em defesa dos direitos ([VEJA AQUI](#)).

Ademais, os presentes identificaram que a reforma da previdência já vem ocorrendo em virtude da alteração de regras (por meio de decretos e normativas

internas do INSS) de acesso e manutenção de alguns benefícios previdenciários e assistenciais operacionalizados pelo INSS, a exemplo dos benefícios por incapacidade (auxílio – doença) e o Benefício de Prestação Continuada – BPC, que expressam violação e restrição de acesso ao direito. Nesse sentido, foram apresentadas informações que de janeiro 2017 a outubro de 2017 **mais de um milhão de brasileiros não conseguiram agendar no INSS suas solicitações** para o BPC, no caso dos benefícios por incapacidade ocorreu à extinção de Pedidos de Reconsideração – PR de pedidos negados e recentemente alteração de regras de Pedido de Prorrogação – PP. A esses pontos somam-se os processos de revisão em curso desses benefícios que não garante o amplo direito do contraditório conforme previsão constitucional em seu artigo 5.



Decorridos esses pontos foram pactuados os seguintes encaminhamentos:

- a) Construção de Ampla mobilização para barrar a Reforma da Previdência em 05 de dezembro;
- b) Organização de uma carta denunciando a violação e restrição ao acesso de direitos ao BPC, a ser divulgado nos sites do conjunto CFESS/CRESS e FENASPS e sindicatos de base, bem como divulgação impressa na

Conferência Nacional de Vigilância e Saúde e na Conferência Nacional de Assistência Social;

- c) Produção de nota técnica com dados e informações a fim de subsidiar as entidades ao que tange a violação e a restrição ao acesso aos direitos previdenciários e assistências, a ser apresentada ao sistema de justiça Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União;
- d) Ao que tange aos ataques ao serviço previdenciário – Serviço Social, as entidades estarão continuamente articulando ações;
- e) Reunião entre as assessorias jurídicas CFESS e FENASPS com indicativo de 13/12, para tratar dos pontos da pauta discutida;
- f) Próxima reunião entre CFESS, FENASPS e Comissão de Assistentes Sociais em Janeiro de 2018;

Brasília, 25 de novembro de 2017

TODOS (AS) RUMO A GREVE GERAL 05/12 – BARRAR Á REFORMA DA PREVIDÊNCIA! NENHUM DIREITO A MENOS!

**Diretoria Colegiada da FENASPS e
Comissão Nacional de Assistentes Sociais da FENASPS**